

**ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA
2013**

Mundial SA



INDICE

Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
Esclarecimentos para participação na Assembleia	4
Proposta da Administração	6
Comentários dos Diretores (Art.10 - Instrução CVM nº 480/09)	7
Administradores e membros do Conselho Fiscal e (Item 12.6 a 12.10 - Instrução CVM nº 480/09)	30
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480/09)	37

CONVITE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada às 10h do dia 03 de maio de 2013, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo-SP na Rua do Paraíso, 148 – 15º andar - conj. 151.

A seguir a Companhia fornecerá para sua análise informações requeridas pelos Artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos para participação na Assembleia da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Michael Lenn Ceitlin
Presidente do Conselho de Administração

ESCLARECIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, para ser admitido na Assembleia, os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar, para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, parágrafo 1º, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social com antecedência mínima de 48 horas.

Acionista Pessoa Física:

- (i) Documento de identidade do Acionista; e
- (ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

- (i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária;
- (iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e
- (v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item iv acima.

Acionistas representados por procurador:

(i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e

(ii) Documento de identidade do Procurador.

Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia, solicita que a documentação acima seja enviada com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia para o endereço da sede social:

A/C. Departamento de Relações com Investidores

Rua do Paraíso, 148 – 15º andar - Conj, 151

CEP. 04103-000 – SÃO PAULO - SP

Por fim, a Companhia esclarece ainda que todos os documentos e informações pertinentes à matéria a ser examinada e deliberada na Assembleia da Companhia contendo os esclarecimentos exigidos pela Instrução CVM n 481/09, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos www.mundial.com, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br

MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO

CNPJ Nº 88.610.191/0001-54

NIRE 35300342011

COMPANHIA ABERTA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2013

Senhores Acionistas,

A Administração da Mundial S.A. Produtos de Consumo (“Companhia”) apresenta, a seguir, a proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“Assembleia Geral”), a ser realizada no dia 03 de maio de 2013, às 10 horas, na sede da Companhia, na Rua do Paraíso, 148 – 15º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, as quais estão relacionadas:

i. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores, independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;

O Conselho de Administração em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório com ressalvas dos auditores independentes, com data de 28 de março de 2013, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

ii. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;

No ano de 2012, foi apresentado prejuízo no montante de R\$ 6.008 milhões, não havendo desta forma destinação de resultados.

iii. Eleger os integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal nos termos do que dispõe o Estatuto Social da companhia;

iv. Fixar o montante da remuneração dos membros da Administração e do Conselho Fiscal.

A Administração

Michael Lenn Ceitlin

Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto no artigo 9 inciso III, no artigo 10 e no artigo 12 inciso II da Instrução CVM n . 481/09, apresentamos a seguir os itens 10, 12.6 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo n . 24 da Instrução CVM n . 480), da Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras consolidadas, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP do exercício de 2012 da Companhia, foram arquivadas na CVM no dia 29 de março de 2013 e estão disponíveis para consulta no *website* da Mundial S/A (www.mundial.com).

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia vem sofrendo as consequências de uma deformação crônica de sua estrutura de capital desde 2009. Dita situação foi motivada pelo impacto da crise financeira Internacional de 2008, cujos reflexos se estenderam pelos anos seguintes. A administração da Companhia vem empreendendo esforços no sentido de fortalecer a estrutura de capital através de aumentos de capital, alienação de ativos não operacionais, bem como captação de linhas de financiamento de longo prazo à custos menores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia ainda se ressentiu da deficiência de capital de giro, o que se traduz em elevados custos financeiros operacionais.

No que tange à estrutura patrimonial, a Companhia está em tratativas com a sua acionista Hercules S.A. Fábrica de Talheres no que diz respeito à realização do mútuo que esta tem para com a primeira. Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. através da comercialização de produtos licenciados cujo objetivo é a amortização do saldo devedor. Em 2012, o crescimento do faturamento com produtos da marca Hercules, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24%, quando comparado a 2011.

Por fim, a Companhia entende ser capaz de cumprir com as obrigações financeiras, o passivo tributário, bem como viabilizar a realização dos créditos registrados contra a Hercules S.A. – Fabrica de Talheres.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i. hipótese de resgate; ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A administração da Companhia segue trabalhando para fortalecer a sua estrutura de capital próprio, bem como diligenciando no sentido de alongar o perfil de endividamento da mesma. Também no âmbito tributário, a Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

CAPITAL TOTAL	2012	2011	2010
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Capital de terceiros	838.439	847.806	789.785
Capital Próprio	33.330	39.679	115.495

Não há no momento a possibilidade da Companhia propor o resgate de suas ações.

c. fontes de financiamento para capital de giro e para compromissos financeiros assumidos

Atualmente cerca de 65% das fontes de financiamento da Companhia estão lastreados em recebíveis da mesma e o restante advém de linhas de financiamento de curto e médio prazos. O excessivo volume de despesas financeiras tem comprometido grande parte da geração de caixa operacional tonando imperiosa a necessidade de alongamento da dívida financeira à custos compatíveis com a operação.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia tem efetuado seus investimentos através de financiamentos de longo prazo, em sua grande maioria disponibilizados pelos fornecedores de equipamentos e demais ativos empregados nos seus processos de manufatura.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia se utiliza da grande liquidez de seus recebíveis para lastrear a maioria de suas operações financeiras. A estruturação de uma operação de longo prazo com limite menor de garantias líquidas e custos consideravelmente menores está sendo implementada para o exercício de 2013. Dita operação representará uma alteração em aproximadamente 30% do perfil da dívida contribuindo sobremaneira para melhoria de liquidez do próximo exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

			Controladora	
Modalidade	Taxa contrato	Taxa efetiva %	31/12/12	31/12/11
Capital de giro - CCB	CDI + 0,80% a.m.	1,36	47.842	63.829
Capital de giro - CCB (destinado a investimentos)	CDI + 1% a.m.	1,56	-	2.196
Capital de giro em moeda estrangeira	VC + 11% a.a.	19,94	4.189	4.279
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,87% a.m.	1,43	19.738	19.277
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,75% a.m.	1,31	34.397	33.833
CCB - Cheque empresa	CDI + 6,20% a.m.	6,76	-	3.408
Adiantamento de contrato de câmbio	VC + 7,25% a.a.	16,19	5.888	5.701
Arrendamento mercantil financeiro	1,31% a.m.	1,31	2.230	2.206
Títulos descontados	CDI + 1,41% a.m.	1,97	18.512	12.837
Saque exportação- ACE	VC + 8,75% a.a.	17,69	4.752	4.528
			137.548	152.094
Passivo circulante			130.424	145.965
Passivo não circulante			7.124	6.129
			137.548	152.094
			Consolidado	
Modalidade	Taxa contrato	Taxa efetiva %	31/12/12	31/12/11
Capital de giro - CCB	CDI + 0,85% a.m.	1,36	59.750	79.383
Capital de giro - CCB (destinado a investimentos)	CDI + 1% a.m.	1,56	-	2.196
Capital de giro em moeda estrangeira	VC + 11% a.a.	19,94	5.328	4.279
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,88% a.m.	1,44	25.791	19.277
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,75% a.m.	1,31	34.397	33.833
CCB - Cheque empresa	CDI + 6,44% a.m.	7,00	-	4.310
Adiantamento de contrato de câmbio	VC + 7,25% a.a.	16,19	5.888	5.701
Arrendamento mercantil financeiro	1,33% a.m.	1,31	3.325	3.342
Finame	TJLP 100% + 0,38% a.m.	0,83	230	576
Títulos descontados	CDI + 1,41% a.m.	1,97	18.332	17.562
Saque exportação- ACE	VC + 8,75% a.a.	17,69	5.448	4.528
			158.489	174.987
Passivo circulante			150.359	167.532
Passivo não circulante			8.130	7.455
			158.489	174.987

Operações da Controladora:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB s, NP s, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 35 meses.

O empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira está garantido por aval. Estes empréstimos têm prazo de até 3 meses.

Os empréstimos de capital de giro - Conta garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 5 meses.

Os empréstimos de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB s e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 12 meses.

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Estes empréstimos têm o prazo de até 29 meses.

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas de mercado interno e a própria exportação. Estes financiamentos têm prazo de até 8 meses.

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Esses arrendamentos têm prazo de até 46 meses.

Operações nas Controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB s, NP s, penhor mercantil e aval. Esses empréstimos têm o prazo de até 4 meses.

Os financiamentos Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Esses financiamentos têm o prazo de até 32 meses.

Laboratório Avamiller:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB s, NP s, penhor mercantil e aval. Esses empréstimos têm o prazo de até 4 meses.

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Esses empréstimos têm o prazo de até 3 meses.

Os financiamentos de arrendamento mercantil estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e tem prazo de até 39 meses.

Mundial Distribuidora:

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB s, e aval. Esses empréstimos têm o prazo de até 6 meses.

Os empréstimos de CCB - Cheque Empresa estão garantidos por penhor mercantil e aval. Esses empréstimos têm o prazo de até 1 mês.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os principais passivos financeiros da Mundial são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Mantidos até o vencimento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	150.383	175.969	171.324	198.862
Fornecedores	36.386	38.279	46.224	46.746
Partes relacionadas	49.411	8.804	623	249

Em 31 de dezembro de 2012, a Mundial mantém aplicações em CDB, classificadas como ativos financeiros mantidos até o vencimento, as quais estão atreladas aos empréstimos e financiamentos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Indicadores – Consolidados

R\$ mil	2012	2011	Varição
	(a)	(b)	(c) / (d)
Receita Bruta	490.718	479.058	2,4%
Receita Líquida	368.142	363.699	1,2%
Lucro Bruto	120.052	114.258	5,1%
Margem bruta (%)	32,6%	31,4%	3,8%
Ebit – Resultado Operacional	31.224	39.408	(20,8%)
Ebitda	43.244	52.961	(18,3%)
Margem Ebitda (%)	11,7%	14,6%	0,0 p,p,
Prejuízo do período	(6.008)	(40.113)	(85,0%)
Margem Líquida (%)	-1,6%	-11%	0,1 p,p,
Dívida Bruta	171.324	198.862	(13,8%)

Ao longo do ano de 2012, a Companhia, de forma contínua, foi retomando seu desempenho operacional a despeito de um mercado ainda contraído, especialmente no decorrer do primeiro semestre. Concomitantemente, sua administração deu continuidade ao trabalho de enquadramento em relação as questões fiscal e financeira da Companhia. Seu resultado, ao final do ano, foi uma conclusão de diversos esforços realizados no sentido de administrar os custos operacionais, permanecendo abaixo da média histórica dos trimestres anteriores, e equilibrar as despesas operacionais para que se mantivessem alinhadas aos períodos anteriores, evitando qualquer oscilação significativa que impactasse diretamente o Ebitda e, por consequência, seu resultado final.

Receita Operacional Líquida

No 4T12, a receita líquida foi de R\$ 92,2 milhões, com ganho de 4,2% em relação ao 4T11. Os segmentos que detêm a maior participação sobre a receita líquida são Fashion e Personal Care, com 45,3% e 38,3% do total no 4T12, respectivamente. Em ambos os segmentos, mais de 95,0% da receita foi proveniente das vendas realizadas no mercado interno.

No ano de 2012, a receita líquida totalizou R\$ 368,1 milhões, montante 1,2% superior aos R\$ 363,6 milhões auferidos em 2011. No mesmo período, os segmentos Fashion e Personal Care responderam por 46,9% e 36,1% do total da receita auferida ou R\$ 172,6 milhões e R\$ 132,9 milhões, respectivamente. Comparado ao ano anterior, tais montantes apresentaram diminuição de 2,4% para o segmento Fashion e incremento de 5,5% para o Personal Care.

Lucro Bruto e Margem Bruta

A Mundial obteve lucro bruto de R\$ 31,2 milhões no 4T12, com margem bruta de 33,8%. O desempenho mostra evolução positiva frente ao 4T11. Comparado ao mesmo período do ano anterior, o lucro bruto apresentou aumento de 18,0%, com ganho de 4,0 p.p. na margem bruta.

O desempenho de 2012 foi positivo ante ao registrado no ano anterior, principalmente em razão do desempenho registrado no segundo semestre, quando o mercado também passou a dar sinais de ligeira melhora. O lucro bruto acumulado no exercício foi de R\$ 120,1 milhões, 5,1% superior em relação ao registrado em 2011, com a rentabilidade bruta alcançando 32,6%, o que indica ganho de 1,2 ponto percentual no mesmo período.

CPV

No 4T12, o custo dos produtos vendidos (CPV) alcançou o montante de R\$ 61,0 milhões, valor 5,7% inferior ao 3T12 e 1,6% menor frente aos R\$ 62,0 milhões obtidos no 4T11. A busca pela eficiência e maior controle de custos proporcionou a redução de 2,0 p.p. na participação do CPV na receita líquida durante o último trimestre do ano quando comparada com o percentual registrado no trimestre anterior. Ante o 4T11, houve aumento de 4,0 p.p. já que ao longo do ano de 2012, a Companhia optou em adotar uma política comercial mais agressiva, compensada parcialmente pelo aumento de volume.

Na avaliação anual, os custos operacionais somaram R\$ 248,1 milhões em 2012, praticamente em linha ao valor obtido ao final de 2011. Os custos representaram 67,4% do faturamento da Companhia, com leve incremento de 1,2 p.p. frente ao registrado em 2011. A busca pela eficiência e o austero controle de custos têm sido, em conjunto com o aumento do volume de vendas, o foco da gestão. Os esforços empreendidos mostraram resultados no exercício, que apresentou redução do valor absoluto do CPV, a despeito do aumento das vendas.

Despesas Operacionais

No 4T12, as despesas operacionais somaram R\$ 24,6 milhões, praticamente em linha com o valor registrado no 3T12. Quando comparado com valor registrado no 4T11, notou-se incremento de 12,3%, face as obrigações de acordo coletivo e reajustes contratuais, em sua maioria, indexados à algum índice de inflação.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2011, as despesas administrativas mostram redução de 25,3%, frente aos R\$ 9,1 milhões registrados no 4T11, evidenciando a reestruturação organizacional e o foco no controle de despesas.

A maior parcela de contribuição para as despesas operacionais são aquelas relacionadas com vendas, que incluem frete, comissões e despesas promocionais. Essa linha auferiu gastos 2,3% menores no 4T12, já que o volume de vendas foi comparativamente inferior ao do 3T12 e, ainda assim, incorporou eventuais despesas de fretes e comissões relativas de tal período. Na comparação com o 4T11, houve aumento de 9,5%, acompanhando o aumento no volume de vendas.

No ano de 2012, as despesas operacionais totalizaram R\$ 92,6 milhões, montante 6,8% inferior aos R\$ 99,4 milhões obtidos em 2011. No período, tanto as despesas comerciais - que somaram R\$ 64,8 milhões -, quanto as administrativas (R\$ 25,7 milhões) registraram redução, 0,8% e 10,8%, respectivamente. A diminuição do valor absoluto das despesas se deu ao mesmo tempo em que as vendas aumentaram, revelando o forte esforço realizado no sentido de buscar ganho de rentabilidade para as operações. A Administração da Mundial segue empenhada na busca pela eficiência por meio da revisão de processos e sistemas, procurando identificar pontos de melhorias que resultem em economia.

EBITDA

O ano de 2012 foi marcadamente melhor no que tange a geração operacional de caixa. Enquanto o EBITDA, operacional em 2011 somou R\$32,4 milhões, o mesmo indicador registrou R\$ 43,2 milhões em 2012, um incremento superior à 33%.

A margem registrou aumento de 2,8 p.p., passando de 8,9% em 2011 para 11,7% ao final de 2012.

Este crescimento na geração de caixa é resultado de um trabalho incessante de redução de custos e busca de maior eficiência operacional, visando reduzir o ponto de equilíbrio e assim tornar a Companhia mais ágil e lucrativa.

Em 2013, a administração da Companhia, uma vez concluída a reestruturação e alongamento da dívida financeira, focará a sua atenção no crescimento da receita, com ações específicas tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

A administração da Companhia acredita que em 2103 poderá reduzir o CPV em mais 3p.p. sobre a receita líquida, economia esta que se traduzirá numa geração de caixa operacional ainda maior.

10.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita da Companhia teria uma evolução mais significativa em relação ao exercício de 2011 não tivessem os primeiros 5 meses do ano representado um período de fraca demanda. Notadamente na Divisão Fashion, o reposicionamento da taxa cambial, evoluindo de R\$ 1.55 por US\$ para cerca de R\$ 2.00 por US\$ proporcionou um incremento nos negócios desta divisão. Neste patamar cambial, muitas confecções e até mesmo redes de varejo optaram por voltar a produzir e/ou encomendar produtos no Brasil, dando novo animo à cadeia produtiva do setor de confecção. A administração da Companhia acredita que por todos os sinais emitidos pela equipe econômica, este cenário deve permanecer para o exercício de 2013, conforme já apontam os indicadores relativos aos 3 primeiros meses do exercício em curso

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item acima.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação custos manteve-se em linha com os valores orçados pela Companhia lembrando que seus principais insumos tem vetores de custos fortemente indexados à taxa cambial, como cobre, alumínio, zinco e aços inoxidáveis.

10.3 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHMA A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis para o período em análise.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a Companhia.

c. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Parecer dos diretores

Base para opinião com ressalva

A Companhia mantém saldos contábeis relativos às suas obrigações fiscais e sociais de impostos. Os valores apresentados pelos órgãos fiscais, relativos aos impostos a recolher apresentam valores divergentes em relação aos saldos contábeis da Companhia. A Companhia está em processo de conciliações dos saldos com as posições dos órgãos fiscais e estas não foram finalizadas até a conclusão da nossa auditoria. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir se eventual ajuste relevante seria necessário nos ativos, passivos e no resultado do período como resultado da resolução deste assunto.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Conforme opinião dos auditores, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mundial S.A. – Produtos de Consumo em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Conforme opinião dos auditores, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mundial S.A. – Produtos de Consumo em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional e créditos a receber de empresa relacionada

Sem ressaltar a opinião dos auditores, chama a atenção que a Companhia incorreu em prejuízo líquido consolidado de R\$ 6.008 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresenta alto endividamento de curto prazo e passivo tributário em processo de revisão conforme notas explicativas nº20 e nº.21. Além disso, possui créditos a receber de empresa relacionada no valor de R\$ 349.040 mil, demonstrado no ativo realizável a longo prazo, cuja recuperação depende do sucesso da administração daquela entidade na implementação de plano de reestruturação, tendo em vista a situação patrimonial e financeira daquela empresa, que apresenta atualmente capital de giro negativo e passivo a descoberto (patrimônio líquido ativo). Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende da implementação das medidas descritas na nota explicativa nº2.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Mundial S.A. – Produtos de Consumo essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Refazimento das demonstrações financeiras

Como parte do exame dos auditores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mundial S.A. – Produtos de Consumo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas de 2011. Em nossa conclusão, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2011 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Administração da Companhia está intensamente engajada no fortalecimento da estrutura de capital da Companhia visando aumentar a sua liquidez e por consequência sua saúde financeira. A Administração acredita que ao longo do exercício em curso as diversas iniciativas ora em andamento serão concretizadas com êxito dando a Companhia condições de desenvolver suas atividades de forma sustentável e contínua.

10.5 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para realização de estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; provisões necessárias para passivos contingenciais, projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidos e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As práticas contábeis adotadas pela companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive as decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou e revogou dispositivos existentes e introduziu novos às Leis 6.404/76 (Lei das S.A.) e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, a companhia adotou a mudança nas práticas contábeis, atendendo a Deliberação CVM nº 610/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

10.6 COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR.

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos em prática da Companhia sobre elaboração e apresentação de Relatórios Financeiros visam fornecer segurança a respeito da confiabilidade na preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis divulgadas.

A companhia com base nas melhores práticas, através de sua estrutura interna, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados seus sistemas de controles, com o objetivo de mitigar eventuais perdas que possam advir de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionado, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não realizou oferta pública de ações no último exercício social.

10.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iv. contratos de construção não terminada v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício de 2012.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2012.

10.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia investiu em ampliação de capacidade durante o ano de 2010 e manteve os investimentos durante o exercício de 2011. Os investimentos totalizaram R\$ 19,4 milhões.

A Mundial continuou investindo em ampliação de capacidade e manutenção preventiva no 4T12, quando foram empregados R\$ 1,5 milhão ante R\$ 1,8 milhões no 3T12. Os investimentos foram destinados para suportar a retomada do crescimento, atendendo o aumento das vendas, sendo 83,3% direcionados para a unidade de produtos de consumo, incremento de 20,0 p.p. em relação ao investido no segmento em 2011. No ano de 2012, o total de investimentos empregado pela Companhia totalizou R\$ 8,1 milhões, montante 58,2% inferior frente aos R\$ 19,4 milhões investidos em 2011.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve quaisquer aquisições de ativos pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos projetos com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

10.11 COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

12.6 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Michael L. Ceitlin	51 anos	Engenheiro	295.996.600-72	Pres. do Conselho	14/05/2012	1 ano	Diretor Presidente de Relações com Investidores	Sim
Paulo R. Leke	70 anos	Economista	001.986.760-34	Vice-Presidente	14/05/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
José Maria C. Henriques Soares	72 anos	Administrador de Empresas	011.277.727-91	Conselheiro	14/05/2012	1 ano	Não se aplica	Sim
Edson Queiroz Barcelos Jr.	37 anos	Advogado	936.135.801-44	Conselheiro	14/05/2012	1 ano	Não se Aplica	Sim
Adolpho Vaz de Arruda Neto	44 anos	Administrador de Empresas	074.416.798-18	Conselheiro	14/05/2012	1 ano	Não se Aplica	Sim

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Paulo F. Gross	70 anos	Engenheiro	000.580.170-20	Efetivo	14-05-2012	1 ano	Não se aplica	sim
Pedro P. de Souza	64 anos	Contador	181.558.207-34	Efetivo	14-05-2012	1 ano	Não se aplica	sim
Launer O. Gonçalves	69 anos	Contador	054.820.200-10	Efetivo	14-05-2012	1 ano	Não se aplica	sim
Sérgio M de Moraes	62 anos	Contador	123.518.300-91	Suplente	14-05-2012	1 ano	Não se aplica	sim
Suzana .de Oliveira	36 anos	Administradora	910.165.250/87	Suplente	14-05-2012	1 ano	Não se aplica	Sim
Julio C. Ruzzarin	64 anos	Advogado	051.479.130-68	Suplente	14-05-2012	1 ano	Não se aplica	Sim

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Efetivo Ocupado	Data da Eleição Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Executivos	Eleito pelo controlador
Michael Ceitlin	51 anos	Engenheiro	295.996.600-72	Diretor Superintendente	14-05-12	1 ano	Pres. do Cons. Adm. Diretor de RI	Sim
Julio C. Camara	47 anos	Contador	438.373.870-20	Diretor Geral Personal Care	14-05-12	1 ano	Não se aplica	sim
Marcelo F. de Freitas	45 anos	Contador	526.944.020-20	Diretor Adm e Financeiro	14-05-12	1 ano	Não se aplica	sim

12.7 FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.6 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS.

Não aplicável.

12.8 CURRÍCULO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michael Lenn Ceitlin. Membro do Conselho de Administração e Diretoria da Mundial S/A desde 1993, Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1989. Iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi, atualmente Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura; em 1993 foi eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente; atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Paulo Roberto Leke. Membro do Conselho de Administração desde 2009. Economista e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do RGS em 1965 e 1968 respectivamente, extensão universitária na Faculdade de Mannheim (Alemanha) em 1972. De 1977 a 1982 – Gerente Geral Administrativo Financeiro Grupo Gerdau; 1982-1989 – Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com o Mercado na RIOCELL ; 1990-1994 – Diretor Corporativo Grupo Joaquim Oliveira; 1994-1997 – Diretor Corporativo de Finanças e Controle do Grupo Eberle Mundial; 1997 Sócio de Leke + Gross Consultores Associados; Atividades Atuais: Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A; Vice-Presidente do Conselho de Administração de Mundial S.A. e Hercules S.A.

Jose Maria de Cesarino Henriques Soares. Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Fundação Getulio Vargas (1966); especialização Insead (França) – Insead Advanced Management Programs; Insead – European Capital Markets; New York University- USA Capital Markets – Experiências profissionais: Ecotec Economia e Engenharia Industrial S.A; FINEP/PNTE – Ministério do Planejamento; BOVESPA – Superintendente de Desenvolvimento de Mercado (1982/85); BOVESPA – CEO (1986/87) e Consulting Group do Brasil – 1988 a 2011 – Sócio-diretor - Conselhos de Administração das empresas: Telemar – Suplente do Presidente do Conselho – 1998/2000; LF Telecom – 2000/2005; La Fonte Participações S.A.(Jereissati Participações S.A).- 2001 a 2011 – Consultorias nas empresas: Grupo Santista, Lojas Renner, Springer, Iochpe, Grupo Ultra, Laticínios Mococa, CBD (Pão de Açúcar), Hospital São Luiz, entre dezenas de outras.

Edson Queiroz Barcelos Junior. Membro do Conselho de Administração, Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2002. Ocupação Principal: Sócio Sênior do Escritório Eduardo Ferrão Advogados Associados, desde 2003. Área de atuação: Tribunais Superiores. Ramo de Atuação: Direito Constitucional, Tributário, Econômico, Empresarial e Bancário.

Adolpho Vaz de Arruda Neto. Membro do Conselho de Administração, Administrador de Empresas, formado pela Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul. – Sócio Gerente responsável pela administração geral da Empresa Pauli Pecuária e Empreendimentos Ltda.; membro do Conselho deliberativo e Sócio Proprietário do Empreendimento Condomínio Cetenco Plaza; de 1977 a 2003 foi Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, Secretário Municipal de Esportes e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego na Prefeitura Municipal de Registro; membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

DIRETORIA

Michael Lenn Ceitlin. Membro do Conselho de Administração e Diretoria da Mundial S/A desde 1993, Engenheiro Mecânico, formado pela PUC/RS em 1984; mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Northeastern University de Boston – USA em 1989. Iniciou suas atividades nas empresas do grupo Zivi, atualmente Mundial S/A e Hercules S/A em 1985, como gerente dos departamentos de Engenharia Industrial e de Planejamento de Recursos de Manufatura; em 1993 foi eleito Membro do Conselho de Administração como Vice-Presidente e Diretor Superintendente; atualmente é Presidente do Conselho, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor estatutário, eleito pelo Conselho de Administração desde 2007. Contador formado pela Faculdade Riograndense – FARGS em 2001; Pós Graduação MBA – em Gestão Empresarial na Universidade Federal RS em 2005; Pós Graduação MBA em Finanças Empresariais na FGV em 2007. Iniciou suas atividades no Grupo ZIVI, atualmente Mundial, em 1986. Exerceu as funções de subchefe do Contas a receber, Analista Contábil, Chefe da Contabilidade Societária, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Julio Cesar Camara – Diretor estatutário, eleito pelo Conselho de Administração desde 1998. Contador formado pela Faculdade Integrada de Santa Cruz do Sul. Pós Graduado em Controladoria e Finanças pela Faculdade de Criciúma (SC), especialização em Orçamento empresarial pela FGV/RJ, com diversos cursos de especialização em Gestão de Empresarial e Administração. Iniciou suas atividades na Companhia em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 1998 foi eleito Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, em 2007 exerceu o cargo de Diretor de Planejamento e Controle e atualmente exerce o cargo de Diretor Geral Personal Care das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres

CONSELHO FISCAL EFETIVO

Paulo Fernando Gross – Membro do Conselho Fiscal, eleito pela Assembléia Geral Ordinária em 2011. Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal do RGS, Pós Graduação em Finanças pela UFRGS; Extensão Universitária em Produção Industrial pela Federation of British Industry – Londres – Inglaterra; Certificado Nacional de Profissional de Investimento APIMEC. Formação profissional: 1964-1979 – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; 1979-1983 – Chefe de Departamento do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social – BNDES; 1983-1985 – Diretor de Crédito Iochpe de Investimento; 1986-1988 – Diretor Corporativo Cia. Iochpe de Participações; 1989-1992 – Diretor Superintendente do Banco Iochpe S.A ; 1992-1997 – Diretor Geral do banco BCR – banco de Crédito Real AS ; 1997 em diante Sócio de Leke + Gross Consultores Associados.

Pedro Paulo de Souza - Membro do Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral Ordinária em 2011. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Estudos Sociais Clovis Bevilacqua. Formação profissional: Escritório de Contabilidade Lusitania Ltda. - Auxiliar de Serviços Gerais – de 1962 a 1969; Escritório de Contabilidade Guaracy Ltda. - Chefe do Departamento Pessoal – de 1969 a 1972; Forjas Brasileiras S/A - Indústria Metalúrgica - Contador Geral – de 1972 a 2003; Adler S.A. - Participações Societárias - Contador - desde 1972; VIC D.T.V.M S.A.- Contador - desde 1986; Unipar S.A.- Conselheiro Fiscal - desde 2001; Confab S.A.- Conselheiro Fiscal - desde 2002; Mundial S.A.- Produtos de Consumo e Hercules S.A.- desde 21/06/1996.

Launer de Oliveira Gonçalves - Membro do Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral Ordinária em 2011. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Portoalegrense de Ciências Contábeis e Atuariais. Formação profissional: Termolar S.A., diversas funções na administração – 1965 a 1979; Edisa S.A. Gerente contábil – 1979 a 1984; Riocell S.A. Gerente Contábil 1984 a 1997; Consultor de empresas nas áreas contábil, fiscal e societária.

12.9 INFORMAR A EXISTENCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

- a. administradores do emissor;
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com qualquer administrador da Companhia.

12.10 RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor;

Não há relação

controlador direto ou indireto do emissor;

Não há relação

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Michael Lenn Ceitlin, Diretor presidente e Presidente do Conselho de Administração, Sócio Diretor da ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA., fornecedor do emissor.

13.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

Em que pese a Companhia ainda não ter implementado a remuneração variável para os administradores além daquela prevista em seu Estatuto Social, a companhia acredita que o principal desafio na gestão de pessoas em todos os níveis está centrado na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível através da remuneração de mercado, associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados. Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

A Companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e conseqüentemente para os acionistas. A companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido. No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor a remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional assim como pelo resultado da avaliação de desempenho individual.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No planejamento estratégico realizado a cada 3 anos são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional - são os que a companhia entende melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não se aplica.

13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Remuneração segregada em: Remuneração fixa anual, segregada em:

Salário ou pró-labore; Benefícios diretos e indiretos; Remuneração por participação em comitês; Outros

Remuneração variável, segregada em: Bônus; Participação nos resultados Remuneração por participação em reuniões;Comissões; Outros; Benefícios pós-emprego; Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; Remuneração baseado em ações

D. Valor por órgão da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

E. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Remuneração total do Exercício em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Adm	Diretoria Estudária	Conselho Fiscal	Total
Nº membros	4	3	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	376.704,00	1.989.480,00	194.400,00	2.560.584,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Total da remuneração	376.704,00	1.989.480,00	194.400,00	2.560.584,00
Remuneração total do Exercício em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Adm	Diretoria Estudária	Conselho Fiscal	Total
Nº membros	3,75	3	3	9,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	361.880,00	1.963.691,00	199.800,00	2.525.371,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Total da remuneração	361.880,00	1.963.691,00	199.800,00	2.525.371,00
Remuneração total do Exercício em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Adm	Diretoria Estudária	Conselho Fiscal	Total
Nº membros	2	3	3	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	203.840,00	1.906.866,99	224.160,00	2.334.866,99
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Total da remuneração	203.840,00	1.906.866,99	224.160,00	2.334.866,99